

ARQUEGENEALOGÍA FOUCAULTIANA EN LA ENSEÑANZA DE HISTORIA: EL DISCURSO NEGATIVO DE EXTREMA DERECHA BRASILEÑA SOBRE LA DICTADURA MILITAR DE BRASIL EN UNA PROPUESTA DIDÁCTICA

Alison Sullivan de Sousa Alves

E-mail: alisonsullivanrn@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8044-440X>

Francisco Vieira da Silva

E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>

Recibido: 15/03/2021 **Aceptado:** 30/09/2021

Resumen

El objetivo de este trabajo consiste en organizar una propuesta didáctica para la enseñanza de Historia, a partir del análisis de narrativas negacionistas de la extrema derecha brasileña sobre la Dictadura Militar de Brasil. Para ello, partimos de las reflexiones de los estudios discursivos de Foucault, a través de las nociones de discurso, enunciado, formación discursiva y voluntad de verdad. Sobre la metodología, vale destacar que se trata de un estudio descriptivo-cualitativo, cuyo abordaje sigue un sesgo predominantemente cualitativo. La posibilidad de problematizar los objetos de conocimiento de la Historia en la educación básica, mediante la *arqueogenealogía*, se mostró viable y posible, en la medida que potencializamos el análisis del discurso negacionista de la extrema derecha sobre la Dictadura Militar de Brasil, en una propuesta didáctica, que nos ayudó a sintetizar las materialidades discursivas, con vistas a problematizar, en el aula, enunciados que suscitan ciertas "voluntades de verdad" acerca de la dictadura militar en los dichos del actual escenario sociopolítico brasileño.

Palabras clave: Arqueogenealogía. Más a la derecha. Dictadura militar. Enseñanza de la historia.

A ARQUEGENEALOGIA FOUCAULTIANA NO ENSINO DE HISTÓRIA: O DISCURSO NEGACIONISTA DA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA SOBRE A DITADURA MILITAR DO BRASIL EM UMA PROPOSTA DIDÁTICA

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em organizar uma proposta didática para o ensino de História, a partir da análise de narrativas negacionistas da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil. Para tanto, partimos das reflexões dos estudos discursivos de Foucault, por meio das noções de discurso, enunciado, formação discursiva e vontade de verdade. Acerca da metodologia, vale salientar que se trata de um estudo descritivo-qualitativo, cuja abordagem segue um viés predominantemente qualitativo. A possibilidade de se problematizar os objetos de conhecimento da História na educação básica, mediante a *arqueogenealogia*, se mostrou viável e possível, na medida em que potencializamos a análise do discurso negacionista da extrema direita sobre a Ditadura Militar do Brasil, em uma proposta didática, que nos ajudou a sintetizar as materialidades discursivas, ao final do sequenciamento pedagógico, em unidades temáticas, com vistas a problematizar, em sala de aula, enunciados que suscitam certas "vontades de verdade" acerca da ditadura militar nos dizeres do atual cenário sociopolítico brasileiro.

Palavras-chave: Arqueogenealogia. Extrema direita. Ditadura militar. Ensino de História.

Foucault's arch-genealogy in the teaching of history: negation discourse of extreme right wing on military dictatorship in brasil in a didactical proposal

Abstract

The objective of this paper is to organize a didactic proposal for the teaching of history, based on the analysis of negation narratives of the Brazilian Extreme Right on the Brazilian Military Dictatorship. To do so, we start from the reflections of Foucault's discourse studies, through the notions of discourse, enunciation, discursive formation, and will to truth. About the methodology, it is worth pointing out that this is a descriptive-qualitative study, whose approach follows a predominantly qualitative bias. The possibility to question (put under doubts) the objects of knowledge of History in basic education, through arch-genealogy, proved to be viable and possible, as we potentiated the analysis of the negation discourse of the Extreme Right Wing about the Military Dictatorship in Brazil in a didactic proposal which helped us to synthesize the discursive materialities, in order to question, in the classroom, enunciates that raise certain "wills to truth" about the military dictatorship in the sayings of the current Brazilian sociopolitical scenario.

Keywords: Arch-Genealogy. Extreme Right Wing. Military Dictatorship. Teaching of History.

Introdução

A ascensão da extrema direita ao Poder Executivo brasileiro a partir de 2018 tornou público um discurso negacionista e revisionista da história, especialmente, em torno do tema Ditadura Militar do Brasil. Dada a relevância que o assunto tem para o atual momento da historiografia política nacional, entendemos que esta problemática desperta o interesse da sociedade, na medida em que a pesquisa pode trazer luzes sobre questões sociais e políticas que envolvem a referida problemática histórica e, ainda, por ser capaz de fomentar uma proposta pedagógica ativa e significativa em História na educação básica.

Nesse sentido, consideramos o discurso como uma prática que visa construir objetos e enunciados para emitir certo “parecer historiográfico”, não para omitir o acontecimento histórico em si, mas para revisar a história e apresentar aquela que seria a versão dos fatos mais coerente com a verdade. Os estudos de Seixas (2019) ajudam-nos a refletir e entender as materialidades discursivas negacionistas da extrema direita que circulam hoje no Brasil, especialmente nas redes sociais. Para isso, levamos em consideração o discurso da “Pós-verdade” pelo qual, segundo o autor, torna-se possível forjar narrativas com base na produção e disseminação de *fake news*, que ganham notoriedade e aceitação no tecido social, mediante o apelo emotivo e das convicções dos sujeitos.

Desse modo, o presente trabalho problematiza o negacionismo histórico identificado em discursos políticos da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil e busca constituir uma proposta didática relacionada ao tema para o ensino e aprendizagem da

História na educação básica, mediante a *arqueogenealogia* de Foucault. Para tanto, traz como problema o questionamento acerca das possibilidades pedagógicas para a pesquisa e análise do discurso em sala de aula, especificamente em torno do objeto de conhecimento a ser examinado, com base no método *arqueogenealógico* foucaultiano, conforme será descrito na seção a seguir. A escolha por tal método ocorreu em razão de se tratar de uma possibilidade de análise que leva em conta as rupturas, os cortes e as descontinuidades históricas que possibilitam a emergência de certos discursos num dado momento e lugar.

O *corpus* é constituído de quatorze materialidades discursivas relacionadas ao problema deste trabalho, as quais foram coletadas, no decorrer do ano de 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, em redes sociais digitais (*Facebook* e *Instagram*) e em grupos de apoio ao presidente em aplicativos de envio de mensagens instantâneas (*WhatsApp*), sobre as quais a análise se propõe em observar as regularidades do discurso e problematizar as “vontades de verdade” encontradas, vislumbrando-as em uma situação didática. A escolha por essas materialidades ocorreu em virtude de estarem atreladas aos posicionamentos discursivos da extrema direita brasileira.

A fundamentação teórica é composta por: Foucault, nas obras *Arqueologia do saber* (2008) e *Microfísica do poder* (1998), para o estudo das noções fundamentais sobre a análise do discurso e conceituar o método *arqueogenealógico*; para auxiliar na constituição de uma proposta didático-pedagógica sobre o tema em questão, embasa na metodologia da contextualização do aprendizado da Atina Educação, apresentada por Andrade e Sartori (2016) e nas noções de tempo e espaço, como conceitos básicos da História, reverberada por Bittencourt (2008).

O objetivo reside em analisar o discurso negacionista da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil e pensar sobre a possibilidade de constituição de uma proposta metodológica de ensino e aprendizagem *arqueogenealógica* da História em torno do referido tema escolar. Trata-se de um estudo descritivo-qualitativo, cuja abordagem segue um viés predominantemente qualitativo e traz como metodologia a análise do discurso, sob a orientação da *arqueogenealogia* de Foucault, para pensar e construir uma proposta didática que valorize o diálogo docente-discentes, a contextualização do aprendizado e a interdisciplinaridade, e faça da pesquisa significativa em sala de aula um meio eficaz e ativo para se estudar a História.

Noções foucaultianas para uma historiografia arqueogenealógica

Nos estudos foucaultianos para a análise do discurso, destaca-se a obra *Arqueologia do saber*, em que se esboça pensamento de Foucault (2008) em torno dos elementos que compõem uma prática ou formação discursiva, tais como o enunciado que, mediado pela função enunciativa, visa transmitir um saber que o filósofo supracitado chama de positividade do discurso, regido por uma regularidade que delinea a ação dos sujeitos enunciadorees, na medida em que assumem posições no interior de uma prática discursiva, delimitando aquilo que pode ou não ser dito. Em síntese, na *arqueologia*, buscam-se as regras de uma formação discursiva, dispostas em um regime de dispersão, conceituadas por Foucault (2008), quando descreve as unidades do discurso através de quatro possibilidades de constituição discursiva: formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias.

Foucault (2008) destaca que a caracterização de um discurso através dos objetos ocorre pelo modo como eles se formam em meio à dispersão, cuja formação é assegurada pela rede de relações que subsiste entre as instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Portanto, uma formação discursiva define-se pela maneira como se trabalham os objetos, se em relação a eles for capaz de estabelecer um conjunto semelhante, em que cada objeto terá um lugar e uma lei de aparecimento, tornando-o capaz de originar outros objetos que se excluem, sem perder a própria identidade. Nesse sentido, os requisitos para o nascimento de um objeto de discurso dependerão das condições positivas (saberes) de um feixe complexo de relações.

As relações discursivas não são internas ao discurso e não participam da trama de complexidades que interliga os conceitos, as palavras, as frases e as proposições que formam o discurso. “Seu lugar é no limite discursivo, de onde oferecem-lhes objetos de que pode falar, ou antes [...] determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos. São essas relações que caracterizam [...] o próprio discurso enquanto prática” (FOUCAULT, 2008, p. 51-52, grifo nosso). Desse modo, escrever uma história dos objetos consiste em desenvolver “o nexos das regularidades que regem sua dispersão” (FOUCAULT, 2008, p. 54). No mesmo sentido, o entendimento da formação das modalidades enunciativas consiste em “encontrar a lei de todas as enunciações diversas e o lugar de onde vêm” (FOUCAULT, 2008, p. 56) em meio à dispersão dos enunciados.

Na análise *arqueológica* do discurso, o que se deve buscar é a lei ou a regularidade que garante a singularidade e a unidade discursiva dos objetos ou enunciados em meio à dispersão com que aparecem na sociedade. A mesma característica vemos ocorrer quando a investigação ocorre por meio de conceitos. Nesse sentido, a proposta de Foucault (2008) é o

estudo de elementos bastante heterogêneos e, por isso, abrangem diversos modos de apreender o conhecimento que, no entanto, pertencem a uma mesma formação discursiva, pois “[...] o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns com os outros” (FOUCAULT, 2008, p. 65-66). Em outras palavras, a regra é o modo como os enunciados se articulam entre si acerca destes ou daqueles procedimentos ou assuntos, determinando o pertencimento de certos enunciados a um dado discurso.

Por fim, entendemos que os discursos que formam as grandes organizações conceituais, como a economia, a medicina e a gramática, constituem-se por uma complexa rede que engloba de objetos a tipos de enunciações, dando origem a temas e teorias que Foucault (2008) denomina como “estratégias”. Nesse sentido, o problema que o autor francês se põe a resolver é saber como elas se distribuem na história.

Em todo caso, o importante é entender que o “regime de dispersão” conduz a análise *arqueológica* e nos ajuda a compreender, por exemplo, que as relações do discurso com o desejo, os processos de apropriação e o papel entre as práticas não discursivas não “são extrínsecas à sua unidade, à sua caracterização, e às leis de sua formação. Não são elementos perturbadores [...], mas sim elementos formadores” (FOUCAULT, 2008, p. 75) do discurso. São proposições que nos fazem compreender que “uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam [...]. Se se puder mostrar como todas derivam [...] de um mesmo jogo de relações” (FOUCAULT, 2008, p. 76).

A segunda fase da obra foucaultiana, a *genealogia*, de acordo com Marques (2016), descreve as relações de poder em uma trama histórica, a envolver a produção de uma “verdade”, descrita em uma formação discursiva (singular e particular), que constitui a fundamentação *arqueogenealógica* segundo a qual tais relações não existem “isoladas”, mas sempre ligadas a uma prática do discurso. Portanto, a *genealogia* (do poder) entra em convergência com a *arqueologia* (do saber), na medida em que marca a singularidade dos acontecimentos. Ela pede, da “minúcia do saber, um grande número de matérias acumuladas, que exige paciência [...]. Ela se opõe ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias” (FOUCAULT, 1998, p. 15-16, grifo nosso). Trata-se das noções que o pensador francês constrói, mediante a obra de Nietzsche, mais precisamente em relação à oposição que a pesquisa do referido filósofo alemão faz da ideia da origem e da perene progressão da história universal e totalizadora. É mediante o pensamento nietzschiano, que Foucault (1998) concebe o princípio de descontinuidade

histórica em seus estudos filosóficos e historiográficos, a saber, em uma análise do discurso *arqueogenealógica*.

Ora, o que vemos na *genealogia* apresentada por Foucault (1998), senão a descontinuidade que, nas muitas rupturas históricas do discurso e da ação humana, constitui diversos começos discursivos, tantas histórias divergentes, que não precisam de um princípio fundador para existirem e nem se preocupam com uma continuação eterna pelo tempo? A *genealogia* parte dos muitos inícios, marcados pelas diversas interrupções da história narrada pelo homem em discursos que se enunciam e que, pelas regras de formação, podem se tornar práticas discursivas. Nesse sentido, o genealogista buscará, na subjetividade dos sujeitos e na pertença discursiva em uma prática, delineada pela *arqueogenealogia*, mostrar as verdades, os saberes e os poderes que se imbricam na trama histórica.

As forças em jogo na história “não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na álea singular do acontecimento” (FOUCAULT, 1998, p. 28.). Com isso, passamos a ver o mundo, não como uma figura, onde os eventos se apagam e reaparecem pouco a pouco em suas características essenciais, “mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos” (FOUCAULT, 1998, p. 29), pois, o olhar da “história efetiva” se volta “para o mais próximo, mas para dele se separar bruscamente e se apoderar à distância” (FOUCAULT, 1998, p. 29). No grande jogo da história, cujo vencedor será sempre o grupo que se apoderar das regras de dominação, “as diferentes emergências que se podem demarcar não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas” (FOUCAULT, 1998, p. 26).

Portanto, em uma perspectiva foucaultiana, o poder deve ser analisado a partir de como ele se efetiva no cotidiano, na base, nas malhas mais finas da rede de atuação e distribuição no tecido social. Assim, o que se deve buscar é o estudo do funcionamento geral das engrenagens do poder que permite “deixar de lado” a noção que o apontava “[...] ligado apenas à economia e ao sistema que a garantisse” (FOUCAULT, 1998, p. 6). Trata-se da perspectiva que levou o filósofo francês a um olhar científico acerca do poder voltado para “o internamento psiquiátrico, a normalização dos indivíduos, as instituições penais” (FOUCAULT, 1998, p. 6).

O poder, além de não ser uma coisa que se pode deter, define-se pelas relações dos sujeitos na sociedade; também não pode ser explicado ou mensurado, exclusivamente, como uma função coercitiva e repressiva. Existe um lado positivo, que não visa a destruir o

indivíduo ou expulsá-lo da vida social e sim “gerir a vida dos homens, controlá-lo em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades” (MACHADO, 1998, p. XVI). Na verdade, Machado (1998) mostra que o poder tem um objetivo econômico e político, ao mesmo tempo em que visa à docilidade dos homens para potencializar sua força de trabalho e diminuir sua capacidade de resistência, cujo objetivo é torná-los indivíduos políticos dóceis.

O meio pelo qual o poder dociliza os sujeitos é, justamente, a constituição ou a dominação dos saberes que são formulados historicamente, distribuídos pelo tecido social e repassados de geração em geração, e que não podem, simplesmente, ser refutados, pois trazem “verdades” acerca da vida dos homens em sociedade. A construção do saber e da verdade sobre o louco, como o autor francês expõe em *História da loucura*, além de nos fazer entender os mecanismos que garantiam e legitimavam o poder daqueles que foram encarregados por gerir os hospitais gerais da Europa Clássica, também exemplifica o que queremos dizer sobre uma ação sutil da força que torna os indivíduos dóceis, ou seja, a institucionalização do saber que garante a um determinado “especialista” o poder de dizer a verdade sobre aspectos da vida social e que influencia diretamente no modo de viver da sociedade que, por sua vez, legitima os “regimes de verdade” que regem os sujeitos sociais.

Nem mesmo a resistência escapa à rede do poder e nunca nasce de fora dela. Logo, “qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças” (MACHADO, 1998, p. XIV). Do mesmo modo, afinal, não há o lugar da resistência, mas “pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social” (MACHADO, 1998, p. XIV), onde discursos da verdade e de saber são enunciados pelos sujeitos discursivos.

Diante do exposto, entendemos que na *arqueologia* (do saber), Foucault (2008) delinea as formações discursivas descrevendo as relações entre os enunciados, os quais, em um sistema de dispersão, movem-se mediante uma regularidade, com vistas a transmitir uma positividade, por meio dos sujeitos enunciadorees e das posições/funções que assumem no discurso. Na *genealogia* (do poder), por sua vez, o autor francês busca identificar as relações de força implicadas no interior da prática discursiva e em torno de uma “verdade” produzida por um saber constituído historicamente pelos sujeitos no tecido social. Em outras palavras, é na vida real e concreta dos indivíduos da sociedade que as relações de poder se imbricam e, discursivamente, produzem potenciais saberes institucionais, cujas enunciações ganham

um valor de verdade científica, mas também política e socialmente aceita pelos sujeitos do discurso e da história. Nisso consiste a análise *arqueogenealógica* do discurso, isto é, na apreensão das regras que constituem uma prática discursiva e na compreensão do “regime de verdade” que é produzido e distribuído no corpo social.

É no *arquivo* discursivo que o arqueogenealogista reúne os enunciados em uma análise do discurso ao estilo foucaultiano. O *arquivo* é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares [...]. Que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 147). Portanto, no *arquivo* encontramos os *a priori* históricos e formais: pelo primeiro, entendemos que o discurso tem um sentido de verdade, atrelada a uma historicidade; pelo segundo, é compreendemos como um sistema de dispersões no tempo e um conjunto transformável, capaz de apresentar o discurso tal como ele se apresenta em dado momento histórico. Outro conceito importante diz respeito à vontade de verdade, concebido a partir dos pressupostos foucaultianos, como um procedimento de exclusão dos discursos que se ampara num suporte institucional e exerce sobre os demais discursos uma espécie de controle e de coerção. Nessa perspectiva investigativa, a verdade não é entendida como uma entidade transcendental e inefável, mas como uma construção histórica e social, produzida por meio de relações de poder.

O processo didático-pedagógico de História mediado pela arqueogenealogia de Foucault

Após refletir sobre os aspectos *arqueológicos* (do saber) e *genealógicos* (do poder), entendemos que um processo educativo histórico mediado pela *arqueogenealogia* implica estudar os objetos do conhecimento histórico mediante a análise das materialidades discursivas que circulam na sociedade e em relação ao próprio tema historiográfico a ser problematizado. Assim, o texto didático passa por uma investigação científica e deverá ser confrontado com a realidade dos sujeitos e dos discursos proferidos no tecido social, cujo objetivo é a apreensão das regras de formação que regem a prática discursiva, que permita aos discentes identificar e refletir sobre as verdades e os saberes que se imbricam nas relações de poder dos sujeitos.

Para tanto, é preciso trazer outros autores, especificamente voltados para a educação e o ensino, que possam dialogar com o pensamento *arqueogenealógico* de Foucault, em uma perspectiva de aprendizagem da História.

Para tanto, a Metodologia de Contextualização da Aprendizagem (MCA) da Atina Educação, conforme descrita por Andrade e Sartori (2018), ajuda-nos a entender como o processo educativo que pretendemos ensinar em torno de um tema histórico e mediado pela análise *arquegenealógica* do discurso, pode ser pensado e planejado em uma sequência didática. A MCA é uma metodologia ativa que valoriza o contexto e a contextualização na educação por meio de estratégias para um aprendizado ancorado no mundo real dos sujeitos. Andrade e Sartori (2018, p. 212-213) nos dizem que a proposta da MCA, em síntese, é ser um facilitador do ensino que permita superar o conteudismo e o excesso valorativo da teoria, muitas vezes desarticulado da vida dos alunos, por um ensino pautado na busca pelo conhecimento significativo, amparado em um processo que articula e contextualiza os conteúdos à realidade daquele que aprende, enquanto uma tarefa conjunta do docente e dos discentes, cujo objetivo é “engajar alunos e professores em novas relações de ensinar e aprender com sentido e significado para suas vidas” (ANDRADE; SARTORI, 2018, p. 314).

Dessa forma, o percurso de ensino e aprendizagem mediado pela MCA se dá por meio de um processo de assimilação das informações, envolvendo o conhecimento prévio daquele que aprende em relação ao objeto do saber, processado em uma experiência ativa dos sujeitos e em uma construção pessoal do conhecimento que, por sua vez, é organizado e sistematizado por um conceito de sequência didática, que envolve a preparação, a aplicação e a avaliação da prática educativa. Andrade e Sartori (2016) enfatizam que a MCA apresenta dois modelos pedagógicos: o projeto e a sequência didática. O primeiro exige um produto final para ser publicado e o segundo visa a um aprendizado participativo e sistemático, podendo ter um produto final como produção avaliativa. Nossa pesquisa optou pela segunda. Para ambas as possibilidades, o percurso metodológico da sequência didática da MCA ocorre em quatro etapas: exploração do conceito, investigação do conceito, solução de problemas e avaliação.

Nesse sentido, as noções *arquegenealógicas* para a análise do discurso encontram, na MCA, uma possibilidade de serem trabalhadas no âmbito da didática nas aulas de História escolar, tendo em vista que o objeto de conhecimento histórico, a ser dialogado entre os sujeitos do saber comporá um processo de reflexão e criticidade, mediado por uma sequência didática com etapas pedagógicas pré-definidas, dentro de um percurso ativo de ensino e aprendizagem que se torna significativo para os estudantes, na medida em que os conduzem ao protagonismo da construção do conhecimento.

A título de registro e de um modo clássico, podemos dizer que a didática é uma disciplina pedagógica que “estuda os objetivos, os conteúdos, os meios e as condições do

processo de ensino tendo em vista finalidades educacionais, que são sempre sociais [...]” (LIBÂNEO, 2013, p. 13-14). Portanto, é por meio da ação didática que o ensino se torna prático em sala de aula, ou seja, que se permite sistematizar e efetivar um caminho metodológico previamente pensado, estudado e organizado em torno de um objeto de conhecimento.

O que agora apresentamos visa a uma possibilidade de ensino e aprendizagem da História escolar, que traga a análise *arquegenealógica* do discurso para se estudar o objeto de conhecimento histórico na educação básica. Nesse processo, os conceitos básicos da História são fundamentais para compreender o acontecimento, enquanto ação do homem no tempo e no espaço e, embora o pensamento foucaultiano nos reporte à produção e historicidade do discurso, enquanto modo como os sujeitos constroem a história, na historiografia, a contextualização é uma noção recorrente entre as historiadoras e historiadores, que ajuda na localização espaço/temporal dos fatos e evita anacronismos históricos. Para Bittencourt (2008), a noção de tempo e espaço auxilia-nos a localizar e delimitar o acontecimento histórico em termos de periodização e lugar, onde os fatos transcorreram. Nesse sentido, a compreensão do tempo e do espaço do presente pode ajudar na contextualização significativa que pretendemos, já que nos permite periodizar o tema histórico dentro do conceito de contemporâneo. Do ponto de vista arquegenealógico, isso significa questionar a relativa linearidade dos fatos históricos, apostando em noções como descontinuidade, corte e ruptura.

Diante das perspectivas de análise do discurso e das possibilidades de um processo educativo com base no pensamento dos autores apresentados, podemos dizer que nossa proposta de ensino e aprendizagem da História se apresenta dentro de um panorama interdisciplinar, por se valer de diferentes áreas do saber, tais como a própria análise do discurso, com seu viés filosófico ao buscar pensar, ao estilo foucaultiano, os fragmentos *arquegenealógicos* do discurso, bem como a preocupação com o todo da subjetividade e complexidade do ser humano, quando se procura colocar os sujeitos escolares em diálogo reflexivo com o mundo e com as contradições e subjetivações complexas da vida em sociedade.

Procedimentos metodológicos para uma proposta de ensino e aprendizagem *arquegenealógica* de História

Após apreender as noções *arqueogenealógicas* de Foucault, com o objetivo de se compreender as bases da historiografia praticada pelo referido autor francês, o segundo procedimento metodológico de nossa pesquisa compreende o processo de seleção dos enunciados que, mediante a ideia de *arquivo* de Foucault (2008), delimita os enunciados em uma unidade, cujas sequências discursivas constituem o discurso enquanto uma prática. Assim, definirmos o enunciado, distanciando-o e diferenciando-o da frase, procuramos concebê-lo em uma singularidade que o torna parte intrínseca e única de um discurso específico, em meio a tantas outras materialidades discursivas, entendendo-o como um átomo que interage com tantos outros para juntos constituírem uma formação discursiva, tal como Foucault (2008) apresenta. Em resumo, na medida em que definimos o enunciado, também o diferenciamos daquilo que lhe é exterior, percebendo que as “coisas” que lhes são externas servem de suporte de existência e materialidade do próprio discurso. Desse modo, ao definir os enunciados do *corpus*, também buscamos identificar os sujeitos enunciadore e o que ele enuncia, entendendo como as enunciações se articulam na relação do discurso com a língua.

Tendo em vista a análise do discurso negacionista e revisionista da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil, os enunciados selecionados deveriam atender a uma positividade (um saber) que o discurso visa transmitir para a sociedade, isto é, mostrando o referido tema de modo positivo e favorável. A delimitação das fronteiras enunciativas serão, portanto, determinadas pela função do enunciado, ou seja, se atende ou não à negação/revisão do golpe de Estado de 1964 e do regime autoritário de governo instalado no país. Aquilo que for exterior à prática discursiva ensejada, embora não pertença ao conjunto enunciativo revisionista da história do período militar brasileiro, torna-se importante na medida em que garante visibilidade ao discurso negacionista e alimenta o ímpeto dos sujeitos que enunciam, já que existe uma convicção da “verdade” que se quer transmitir e uma militância patriótica de libertar a nação do “fantasma” da ditadura comunista que se quis implantar no Brasil que, segundo o discurso em análise, foi impedido pelos militares, com a chamada “revolução democrática de 1964”.

Em síntese, o *corpus* discursivo aqui constituído tem como fio condutor os critérios e noções da *arqueologia*, já que procuramos centrar no discurso, na formação discursiva, no enunciado e no sujeito, entendendo e buscando realizar a junção entre o enunciado e a prática discursiva, enquanto dois elementos que se completam no discurso. Na verdade, o discurso negacionista e revisionista do golpe de 1964 e da Ditadura Militar brasileira não é um acontecimento recente e inédito, mas nascido do próprio regime autoritário de governo que

se instalou no país em meados de 1964, com o intuito de justificar e legitimar a atuação política dos militares e das Forças Armadas, enquanto instituição republicana.

Nesse sentido, a noção de *arquivo* de Foucault (2008) nos permite reunir os enunciados, embora dispersos no tempo da história ou, nas palavras do próprio autor francês, contidos no *a priori* histórico e no *a priori* formal (FOUCAULT, 2008). Nosso trabalho, portanto, deve consistir em acessar o *arquivo* dos *a priori* que constituem a prática discursiva e realizar a análise: pelos históricos, para compreender a historicidade do discurso e pelos formais para entender o discurso no dado momento em que ele se apresenta, com as mudanças que são determinadas por uma regularidade específica, ou seja, identificando o que o discurso acolhe, utiliza ou exclui, esquece ou desconhece e que compreende. Como já mencionamos, os *a priori* formais que permitem entender o que rege e delinea a história – os “[...] pontos de junção, lugares de inserção, de irrupção ou de emergência, domínios ou ocasiões de utilização” (FOUCAULT, 2008, p. 145).

Após a constituição do *corpus* discursivo, reunido no decorrer do ano de 2019, a partir das categorias antes expressas, procedemos à análise do discurso, que consiste no terceiro passo de nossa metodologia, quando buscamos identificar, no negacionismo e no revisionismo da atual extrema direita brasileira, as materialidades discursivas que envolvem o saber, que a mensagem revisionista pretende transmitir em torno da tomada do poder em meados de 1960 e do regime de governo militar instalado no país. A análise é realizada em dois procedimentos específicos. No primeiro, pretendemos delimitar os enunciados em uma formação discursiva, identificando a positividade e a regularidade que rege o discurso, bem como os sujeitos enunciadore e as posições/funções que ocupam no interior da prática discursiva e o teor das enunciações. No segundo, procedemos à busca das “verdades” e dos “saberes” que o discurso emite para a sociedade, problematizando o jogo das relações de poder dos sujeitos no tecido social e na historicidade do discurso.

Por fim, na quarta ação da metodologia, buscamos sistematizar e organizar o discurso negacionista e revisionista da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil, em uma proposta didático-pedagógica. Na verdade, pretendemos fazer do referido objeto de conhecimento histórico, um tema de pesquisa científica/escolar, visando ao diálogo problematizador em sala de aula, com vistas a pensar a realidade social e política do país mediante a análise de um discurso que nega e revisa os acontecimentos da História, especificamente, sobre o golpe civil-militar de 1964 e da Ditadura Militar do Brasil. Para tanto, distribuiremos a temática em uma sequência didática, mediada pela *arqueogenealogia* e pelas perspectivas didáticas que definimos, a saber, os procedimentos metodológicos da

MCA e das noções históricas de tempo e lugar, para situar o discurso em um recorte historiográfico, e que tenha uma postura interdisciplinar durante todo o processo.

Na clareza do conceito de didática, tal como elaboramos mediante as noções de Libâneo (2013), buscamos construir uma sequência didática, com quatro momentos distintos: a exploração *arqueogenealógica* do tema para elaborar um problema de pesquisa; a investigação contextualizada do tema, em vista de possíveis caminhos para se atingir o conhecimento desejado; a busca por soluções (interdisciplinares) para o problema, por meio da interpretação de textos, análise dos enunciados e a produção/revisão de um artigo de opinião, como atividade da sequência didática; e a avaliação, retomando a tabela dos conhecimentos e competências (prévias) dos discentes, elaborada no início do percurso pedagógico e na observação tanto do desenvolvimento dos estudantes quanto da prática didática do professor ou professora.

Ao final da sequência didática, pretendemos identificar as “vontades de verdade” do discurso negacionista e revisionista da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil e distribuí-las em unidades temáticas, a serem trabalhadas pelos estudantes para a produção de artigos de opinião, como atividade avaliativa e significativa dos discentes. Dessa forma, a sistematização e organização didático-pedagógica terá percorrido as noções fundamentais da *arqueogenealogia*, enquanto realiza um movimento ativo de ensino e aprendizagem da História, na medida em que os alunos e alunas realizam a análise do discurso em sala de aula.

Resultados e discussões

Conforme descrito em nossa metodologia, conseguimos realizar o estudo das noções *arqueogenealógicas* foucaultianas, a partir de dois movimentos de pesquisa. O primeiro consiste na análise do discurso negacionista da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil e o segundo na construção de uma proposta didático-pedagógica que sistematize e organize o referido tema historiográfico/escolar, mediado pela *arqueogenealogia*, com vistas à problematização discursiva em sala de aula.

Inicialmente, pontuamos que o atual negacionismo brasileiro, especialmente relacionado à História, não é um fato isolado, mas parte de um contexto bem mais amplo, daquilo que podemos chamar de “era da pós-verdade”, vivenciado em escala global, principalmente, em países democráticos do Ocidente. Nesse recorte histórico, está o levante conservador de extrema direita no mundo, que tem protagonizado atos e ações extremistas

na política de muitas nações. Citamos, como exemplo, a Grã-Bretanha que, por ocasião do *Brexit*, marcou a saída do referido país da União Europeia, no ano de 2016, quando os britânicos decidiram deixar o bloco econômico citado, mediante um plebiscito marcado pela propagação de *fake news*, acompanhado pela tendência de disseminação de notícias falsas para fins eleitorais, que ocorreu, no mesmo ano, nas eleições dos Estados Unidos. De acordo com Sodré (2020), as notícias falsas em curso na rede digital são da natureza do boato, a serem recebidas menos pelo seu conteúdo factual e mais como pela sua fabulação narrativa, através de uma falsificação dos fatos.

Na ocasião, o termo “pós-verdade” tornou-se tão popular que foi escolhido pelo dicionário *Oxford*, como a palavra do ano de 2016, com o significado “relativo a ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (COMO TRUMP..., 2016, s.p.). Ora, o apelo emotivo do Presidente Trump, derrotado na eleição de 2020, direcionado aos seus eleitores e que acabou motivando a invasão ao Capitólio em 06 de janeiro de 2021, quando os congressistas estadunidenses se reuniram para confirmar a vitória de Joe Biden, no Colégio Eleitoral, segue exatamente a “cartilha” da desinformação e do apelo emocional que destoa da realidade para construir uma narrativa alternativa e que esteja alinhada com a crença de seu público-alvo.

No Brasil não foi diferente e, na eleição presidencial de 2018, vimos “notícias” como o “kit gay do Haddad”, principal adversário do então candidato eleito, o atual Presidente Bolsonaro, serem amplamente divulgadas nas mídias digitais, indicando que o político petista seria o criador de um material pornográfico a ser introduzido nas escolas brasileiras (É FAKE..., 2018, s.p.), quando foi Ministro da Educação (2005-2012) nas gestões do PT. Na verdade, tais reverberações não passavam de dizeres falsos que, no fim das contas, geravam apoio eleitoral para Bolsonaro, na medida em que produzia uma propaganda de difamação do então candidato, Fernando Haddad (PT-SP). Seguindo o padrão da “pós-verdade”, a realidade objetiva dos fatos, durante a eleição de 2018 no Brasil, foi substituída pelo apelo emotivo ou pelo critério da crença pessoal, isto é, pela confiança que se tinha naquele que compartilhava o conteúdo, que sempre era uma pessoa mais íntima ou do convívio social e digital.

Desse modo, podemos associar o negacionismo de Bolsonaro àquilo que Seixas (2019), chama de “problema das convicções da retórica da pós-verdade”, que não se define, simplesmente, como uma dicotomia verdade/mentira ou pela difusão de *fake news*, mas, na crença pessoal e concreta de alguém que fala a partir de si mesmo, sem a necessidade de

maiores detalhes ou verificações de que a enunciação proferida reflita ou não a realidade. O que importa é atingir aqueles que compartilham da mesma ideia e que, por meio da convicção daquele que enuncia, se consiga persuadir outros enunciadores em comum. Nesse sentido, a “pós-verdade” evidencia ou instrumentaliza “um movimento pelo desejo de verdade que se confundiria com a própria verdade e que serviria de explicação, ao menos em parte, da grande disposição dos sujeitos pela divulgação de opiniões baseadas em *fake news* ou em informações frágeis” (SEIXAS, 2019, p. 124). Para o referido autor, trata-se da justificativa para o desinteresse dos sujeitos (enunciadores) em relação à verificabilidade das informações e/ou dos fatos que compartilham nos vínculos sociais. Em outras palavras, não há necessidade de verificação da informação porque “os fatos, bem como as verdades, dizem respeito ao que é amplamente aceito por um auditório universal” (SEIXAS, 2019, p. 127).

Assim, a imagem projetada do que é dito não é obrigada a refletir a realidade, permitindo que o discurso exista de modo independente do real. Com isso, não queremos dizer que o discurso exista sem uma historicidade, mas que uma materialidade discursiva não precisa ser comprovada pela realidade, sendo-lhe exigida que expresse a “verdade” que os enunciadores em comum defendem por convicção. No âmbito da “pós-verdade”, não podemos falar em mentira ou verdade, mas, na utilidade que se busca no uso das palavras, a qual define a diferença entre ambas: o “interesse que cada sujeito tem em determinada opinião ou crença, supostamente verdadeiras por fazerem parte de seu conjunto de pressupostos ideológicos de existência no mundo e de leitura da realidade. É, por conseguinte, sempre um ato pragmático e axiológico” (SEIXAS, 2019, p.128). Por fim, ressalta o autor, nem sempre se trata de um processo consciente e intencional. E, em muitos casos, tem-se uma pré-programação do sujeito (enunciador), definida pelo critério das convicções.

Apesar disso, a constatação do autor não exime o discurso quando faz uso linguístico das características da “pós-verdade”. Dessa maneira, “toda mentira, *fake news* e manipulação fazem parte do conjunto de discursos que compreendem a ‘pós-verdade’” (SEIXAS, 2019, p. 129-130), que se utiliza do artifício de mesclar, nos enunciados, notícias falsas e verdadeiras, impossibilitando categorizar o discurso da “pós-verdade” como um conjunto de enunciações construído de mentiras comprovadas. Além disso, há ausência de diálogo entre as opiniões divergentes, característica intrínseca da “pós-verdade”, o que leva os sujeitos a aceitarem uma única verdade possível em torno de determinado assunto, evocando, desse modo, “um autoritarismo da interpretação, que impele os sujeitos a já predispor de determinada leitura cativa dos fatos, rejeitando o que distingue,

compartilhando o que assemelha, sem maiores reflexões acerca do que ali é informado como verdade” (SEIXAS, 2019, p. 131).

Portanto, é nesse universo mais amplo, que permite a ascensão de narrativas alternativas sobre diversos temas científicos, dentre os quais, da historiografia, que situamos o atual negacionismo e o revisionismo da história, reverberado pelo discurso da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil. Esse, inclusive, tem funcionado como regra discursiva que permite a Bolsonaro e aos seus seguidores mais radicais reconstruir uma narrativa positiva sobre o período militar brasileiro, a partir de uma “nova” versão dos fatos ocorridos em 1964, valendo-se do apelo emotivo, para que a mensagem favorável ao Regime Militar, seja recebida e aceita, por meio da produção e disseminação de informações falsas que, no fim das contas, geram uma inflexão na sociedade.

Análise do discurso negacionista da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil

A seleção e delimitação dos enunciados reverberados atualmente pela extrema direita brasileira permitiu-nos constituir um *corpus* com catorze materialidades discursivas, sobre as quais devemos proceder à análise do discurso, apreendendo a positividade e a regularidade que regem as enunciações para, dessa forma, encaminhar a construção de uma sequência didática que sistematize e organize a temática em um processo de ensino e aprendizagem da História escolar de modo ativo e interdisciplinar. Dito isto, vejamos o quadro abaixo:

Quadro 1 – *Corpus* discursivo da pesquisa e da sequência didática

Enunciados que se propõem a justificar e legitimar o golpe de 1964 e a Ditadura Militar
1 – (<i>Correio Brasiliense</i> , 31/03/2020): “Um pouco de história: em 02/04/1964 o Congresso declara vago o cargo de Presidente da República; 11/04/1964 em eleições indiretas o Congresso elege o Marechal Castelo Branco como Presidente da República, de acordo com a Constituição de 1946 [...]. A verdade: o Marechal foi eleito de acordo com a Constituição e não houve golpe em 31 de março” (SOARES, I., 2020, s.p.)
2 – (<i>Piauí</i> , 31/03/2019): “31 de março de 1964, data da segunda independência do Brasil [...]. A nossa liberdade e a nossa democracia devemos, em especial, aos militares, que evitaram que o Brasil fosse comunizado em 1964” (VICTOR, 2019, s.p.)
3 – (<i>Época</i> , 02/07/2011): “[...] A adoção do regime foi motivada por anseios de todos os segmentos da sociedade, incluindo a mídia em geral e a igreja” (JAIR..., 2011, s.p.)
Enunciados que visam enaltecer e forjar atributos positivos à Ditadura Militar, em detrimento do regime democrático de direito vigente atualmente no Brasil
4 – (<i>Época</i> , 02/07/2011): Sobre um governo de direita para os dias atuais defendido por Bolsonaro em 2011: “[...], conduziria o país de forma semelhante ao período entre 1964 a 1985, quando o professor era valorizado, o policial sentia orgulho de sua profissão, o Congresso tinha moral e o Judiciário era respeitado” (JAIR..., 2011, s.p.)
5 – (<i>Instagram</i> , grupo O desesquerdizador): Deslegitimação das instituições democráticas da sociedade: “[...] OAB não representa mais os advogados, a CNBB não representa mais os católicos, a ONU não representa mais a paz mundial, o STF não representa mais a justiça, Legislativo não representa mais os interesses do povo. As instituições se tornaram militância” (O DESESQUERDIZADOR, 2020b, s.p.)
6 – (<i>Instagram</i> , Movimento Brasil Conservador): “O Brasil passa por uma situação clara: Bolsonaro quer governar sem conchavos e negociatas. O sistema trava Bolsonaro, por querer governar sem conchavos e negociatas. Ou você apoia um ou apoia outro. Não existe meio termo” (CONSERVADOR, M., 2020b, s.p.)
Enunciados que pedem o retorno da Ditadura Militar como forma de governo no Brasil, com Bolsonaro no poder
7 – (<i>Instagram</i> , grupo O desesquerdizador): O governo de Bolsonaro resgatou a “honestidade” e a “moral” que o Poder Executivo e a sociedade tinham no Regime Militar: “[...]. Zero casos de corrupção no governo. Primeira vez desde o Regime Militar. Odiado pela escória por ser contra <i>soyboys</i> , drogados, rampeiras abortistas e psicopatas adeptos da ideologia de gênero” (O DESESQUERDIZADOR, 2020a, s.p.)
8 – (<i>Gazeta do Povo</i> , 04/05/2020): “Tenho certeza de uma coisa, nós temos o povo ao nosso lado, nós temos as Forças Armadas ao lado do povo, pela lei, pela ordem, pela democracia, e pela liberdade” (SOARES, O., 2020, s.p.)
9 – (<i>Instagram</i> , grupo Robô Conservador): “As Forças Armadas estão sofrendo ataques da direita e da esquerda! Isso é o resultado da isenção, do positivismo! A esquerda sempre vai odiar vocês! Nós, conservadores podemos apoiar vocês, basta vocês nos apoiarem! Ainda dá tempo de reverter e reconquistar a simpatia pública” (CONSERVADOR, R., 2020a, s.p.)
10 – (<i>Jornal Brasil de fato</i>): “Intervenção Militar com Bolsonaro no poder, em prol do fechamento do Congresso e do STF, e uma nova constituição”(CARVALHO, I., 2020, s.p.)
Enunciados que apresentam um modelo de sociedade, com base nos “valores” do militarismo
11 – (<i>Instagram</i> , grupo Movimento Brasil Conservador): Bolsonaro e os símbolos de sua ideologia: Deus, pátria, família e armamento (CONSERVADOR, M., 2020a, s.p.)
12 – (<i>Instagram</i> , Robô Conservador): A família tradicional, armada e feliz (CONSERVADOR, R., 2020b, s.p.)
13 – (<i>Instagram</i> , Brasil de Direita): Bolsonaro, orando sobre a bandeira do Brasil (DIREITA, B., 2020b, s.p.)
14 – (<i>Instagram</i> , Brasil de Direita): Bolsonaro, sozinho, tenta salvar o Brasil das mãos dos comunistas (DIREITA, B., 2020a, s.p.)

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Como vimos, o *corpus* discursivo apresenta o discurso negacionista da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil em quatro movimentos distintos, mas que se complementam em torno de uma mesma positividade e regularidade discursiva: justificar e legitimar o golpe de 1964 e a Ditadura Militar; enaltecer e forjar atributos positivos à Ditadura Militar, em detrimento do regime democrático de direito vigente atualmente no Brasil, mediante ataques e depreciações das instituições republicanas e sociais; pedir o retorno da Ditadura Militar como forma de governo no Brasil, com Bolsonaro no poder; e apresentar um modelo de sociedade, com base nos “valores” do militarismo.

Nos enunciados 1, 2 e 3, a narrativa apresenta a tomada do poder em 1964 e o modelo de governo militar instalado como parte de um processo ordeiro, pacífico e dentro da legalidade constitucional vigente e, com isso, as ações militares de meados da década de 1960 e o revezamento dos Generais na Presidência seriam partes do desfecho de uma “revolução democrática” que livrou o país do comunismo, com amplo apoio da sociedade e das instituições. Portanto, o negacionismo do discurso não visa, simplesmente, ocultar o acontecimento histórico, mas apresentar a “verdadeira versão histórica”, diferentemente da historiografia oficial, que dita o golpe civil-militar como um ato antidemocrático que derrubou um Presidente eleito pelo voto popular e restringiu a liberdade da população com duras medidas coercitivas.

Após buscar justificar e legitimar o golpe civil-militar de 1964 e a Ditadura Militar, nos enunciados 4, 5 e 6, o discurso procura elencar os aspectos “positivos” do modelo autoritário de governo instalado no país logo após a tomada do poder em meados da década de 1960. Para a extrema direita brasileira, sob a liderança do Presidente Bolsonaro, no período dos Generais-Presidente, o país viveu um tempo de paz, prosperidade, ordem e respeito na sociedade, diferentemente dos dias atuais, quando as próprias instituições se corromperam e não representam mais a população, mas as ideologias comunistas de esquerda. Na verdade, o discurso realiza dois movimentos: o primeiro consiste na louvação à Ditadura Militar, um saudosismo de como era bom viver naquele tempo; o segundo busca depreciar as atuais instituições republicanas. Em síntese, honra o autoritarismo como forma de governo e desonra a democracia, fonte de todo mal e degradação social e política para, desse modo, apresentar Bolsonaro como um verdadeiro salvador da pátria, que luta incansavelmente contra o “sistema” para governar “sem conchavos e negociatas”.

De acordo com o discurso, a democracia falhou e é preciso resgatar a nação da degradação moral e política. Nesse sentido, nos enunciados 7, 8, 9 e 10, o discurso passa a exigir o retorno da Ditadura Militar por meio de uma intervenção das Forças Armadas, que

garanta, ao Presidente Bolsonaro a governança com plenos poderes sem nenhuma interferência das instituições republicanas, especialmente, do Congresso e do STF, tendo em vista a corrupção que se instalou entre as autoridades públicas que os representam. Odiado pela escória da esquerda, o atual Executivo Federal, na retórica bolsonarista, estaria resgatando os valores sociais que se tinha durante o Regime Militar, apesar das dificuldades impostas pelo “sistema” corrupto, que impede a Presidência da República de avançar em seu “projeto libertador da pátria” e, por esse motivo, faz-se necessário uma intervenção militar com Bolsonaro no poder. O discurso da extrema direita realiza um movimento golpista na política nacional, buscando persuadir as Forças Armadas, ora evocando um inconstitucional Poder Moderador como papel legal da referida instituição, ora criticando-as pela inércia diante da causa extremista do bolsonarismo, em um claro pedido de apoio à “agenda conservadora brasileira”, enquanto projeto e modelo de sociedade militar. Dito isso, analisemos a figura abaixo:

Figura – Os valores da sociedade militar da extrema direita brasileira



Fonte: Grupos bolsonaristas na rede social *Instagram* (2020)

A compilação acima se refere aos enunciados 11, 12, 13 e 14 e mostra os valores defendidos pelo bolsonarismo para um modelo de sociedade conservadora cristã, patriótica e militarista, sob a liderança de Bolsonaro que, segundo a retórica, apresenta-se como um Presidente que tenta libertar o Brasil das mãos comunistas de esquerda chefiadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). As imagens transmitem uma mensagem de que o presidente brasileiro governa o país como um autêntico cristão, que se coloca em oração pela nação,

ajoelhado perante o pavilhão nacional, mas, também como um líder imponente que, logo após as bênçãos divinas, põe-se de pé para defender a nação com as armas da justiça de Deus e dos homens: bandeira do Brasil na mão esquerda, bíblia levada ao peito pela mão direita e arma de fogo de grosso calibre, ostentada no lado destro. Com o olhar fixo para o lado direito e meio inclinado para o alto, o atual chefe do Executivo Federal mais parece um guerreiro messiânico, pronto para combater o inimigo (o comunismo) com a força do patriotismo, representado pela bandeira nacional, erguida por sua mão esquerda, mostrando um poder simbólico, ao posicionar o pavilhão no lado em que estaria o espectro político, inimigo da nação, indicando que a missão bolsonarista é extirpar todo o mal que põe em risco a ordem e o progresso do país e, conseqüentemente, toda a sociedade brasileira. A bíblia ao peito representa a força de Deus que acompanharia a militância de direita, assim como a arma de grosso calibre, como representação da defesa e da honra da família conservadora que, de acordo com o conjunto de enunciados, deve ser heteronormativa e predominantemente branca e que, desde a infância, já aprende a manusear armas de fogo para a defesa pessoal e da propriedade privada, cuja felicidade, estampada nos rostos, representam, não apenas a alegria de poderem possuir “rifles”, mas especialmente, a satisfação de fazer parte de uma sociedade militar desejada pelo bolsonarismo.

Assim, mediante as distintas, e também, convergentes direções discursivas que delineamos, pudemos delimitar o discurso, tal como ensejamos em nossa revisão teórica e na metodologia empreendida, ou seja, recorrendo ao *a priori* histórico do *arquivo* que compõe a prática saudosista, positiva, negacionista e revisionista em torno da Ditadura Militar brasileira, enquanto narrativa produzida já durante os governos militares (1964-1985) e do *a priori* formal que permite, ao discurso, realizar modificações enunciativas, para que atendam ao dado momento histórico de nossa análise. Agora, o regime militar é desejado e requerido novamente, não com um General Militar na Presidência, mas com um civil, apesar de oficial reformado do Exército, sob a bênção e proteção das Forças Armadas. A retórica saudosista não pede mais uma interferência política externa e, sim, interna, a partir do próprio Poder Executivo Federal, atacando a democracia (por dentro) em favor de um modelo de sociedade autoritário e militar. Nisso consiste o discurso negacionista/revisionista da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil, enquanto uma formação discursiva, o qual nos é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 2 – Formação discursiva bolsonarista sobre a Ditadura Militar do Brasil

Regularidades discursivas	1) O anticomunismo que legitima e reconstrói um discurso favorável ao Regime Militar; 2) O sentimento antidemocrático (deslegitimação da democracia) e a exaltação do Regime Militar (legitimação do autoritarismo); 3) A retórica do combate à corrupção e do resgate dos valores conservadores, que medeia o apelo pelo retorno do Regime Militar como forma de governo, com Bolsonaro no poder; 3) O ideário de um modelo de sociedade, com base na retórica dos “valores” do militarismo: amor à Deus, à pátria e à família, sob a bandeira do armamento civil.	
Discurso favorável à Ditadura Militar do Brasil, que visa justificar e legitimar o golpe civil-militar de 1964 e o modelo de governo autoritário implantado		
Enunciados	Funções enunciativas e posições do sujeito enunciador	Arquivo discursivo
1	1-Negar o golpe e a ditadura e legitimar a tomada do poder e do Regime Militar instalado.	A tomada do poder em 1964 foi uma revolução contra o comunismo e o Regime Militar uma necessidade política para o momento.
2 e 3	2-Mostrar que a intervenção militar de 1964 como uma ação legal, exercida em conformidade com os anseios do povo e para defender as instituições democráticas.	A intervenção militar foi necessária para defender a soberania nacional e a liberdade do povo brasileiro.
Discurso que enaltece e forja atributos positivos à Ditadura Militar, em detrimento do regime democrático de direito vigente atualmente no Brasil		
Enunciados	Funções enunciativas e posições do sujeito enunciador	Arquivo discursivo
4	3-Criar uma imagem de perfeição do Regime Militar, enquanto um período em que a sociedade brasileira se desenvolvia em paz, ordem, progresso e sem corrupção.	O período militar foi a época de maior desenvolvimento de todos os setores da sociedade brasileira.
5	4-Depreciar e deslegitimar as instituições brasileiras.	A exemplo de 1964, as instituições brasileiras estão sob o domínio dos comunistas de esquerda e do ideário socialista.
6	5-Justificar o retorno do Regime Militar como forma de governo.	O Regime Militar foi uma época de glória da política brasileira (não havia corrupção)
Discurso que pede o retorno da Ditadura Militar como forma de governo, com Bolsonaro no poder		
Enunciados	Funções enunciativas e posições do sujeito enunciador	Arquivo discursivo
7	6-Construir uma imagem ilibada de Bolsonaro, como único líder nacional capaz de resgatar os verdadeiros valores da sociedade brasileira.	Bolsonaro, exemplo de político que se tinha durante o Regime Militar: honesto, trabalhador e defender os valores tradicionais.
8 e 9	7-Persuadir as Forças Armadas a apoiarem uma intervenção militar, com Bolsonaro no poder.	As Forças Armadas são um Poder Moderador em defesa da lei e da ordem.
10	8-Declarar apoio incondicional a Bolsonaro e à ideia de uma intervenção militar com ele no poder.	O resgate do patriotismo do Regime Militar: o poder político exercido com honra e sem corrupção.
Discurso que ilustra um modelo de sociedade com base nos “valores” do militarismo, presentes no imaginário bolsonarista		
Enunciados	Funções enunciativas e posições do sujeito enunciador	Arquivo discursivo
12	9-Apresentar o modelo de família conservadora, célula da sociedade civil-militar sonhada pelo bolsonarismo: patriótica, cristã e armada contra o crime.	O Regime Militar preservou a família tradicional brasileira, assim como, também, os valores sociais.
11, 13 e 14	10-Mostrar Bolsonaro como um homem forte, honesto e capaz de defender os valores conservadores e resgatar a moral política do país.	A necessidade de se ter líderes fortes e honestos como no período militar.
Lugares institucionais de fala identificados: as Forças Armadas, a Câmara dos Deputados Federais e o atual Poder Executivo Federal, inclusive no Ministério da Educação, além de outros lugares informais de fala, como nas mídias digitais, especificamente, as redes sociais bolsonaristas no <i>Instagram</i> , bem como aquelas de caráter oficial do Governo Federal.		

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A formação discursiva da extrema direita brasileira, como o quadro nos mostra, tem o bolsonarismo – atributo dado à retórica ideológica e política do Presidente Bolsonaro e de

sua militância digital – como principal representante na sociedade brasileira. Na verdade, o discurso extremista dos saudosistas do Regime Militar converge com o bolsonarismo ao ponto de ambos se fundirem em um movimento político que, atualmente, clama no Brasil pelo retorno de um governo autoritário, capaz de fechar o Congresso, destituir os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), criminalizar o comunismo e redigir uma nova constituição.

No que diz respeito ao golpe civil-militar de 1964 e à Ditadura Militar instalada no país, a prática discursiva bolsonarista segue uma regularidade discursiva com um objetivo bem definido: depreciar/deslegitimar a democracia e exaltar/legitimar a Ditadura Militar como forma de governo, com Bolsonaro no poder. Trata-se de *a priori* formal do arquivo militarista brasileiro, acessado pelo bolsonarismo, que exige o retorno de um governo militar, não mais por meio de uma interferência externa na Presidência, mas, mediada pelos militares e liderada pelo Executivo Federal com apoio da militância política de extrema direita, cujo objetivo não é depor o Presidente, mas dar-lhes plenos poderes para governar o país sem a interferência de outras instituições e, com isso, constituir um modelo de sociedade pautado naqueles que seriam os “valores” do militarismo bolsonarista: Deus, pátria, família e armamento civil.

Assim, realizada a análise dos enunciados do *corpus*, buscamos, em seguida, identificar o saber do discurso bolsonarista sobre a Ditadura Militar do Brasil, bem como as “verdades” produzidas e que orbitam a positividade discursiva e fomentam as relações de poder.

Quadro 3 – Vontades de verdade do discurso bolsonarista

Saber discursivo	“Historiografia” alternativa sobre a Ditadura Militar do Brasil, que justifica o golpe civil-militar de 1964, como uma ação de defesa do Estado contra o comunismo e a negação da ditadura no país, ao legitimar o Regime Militar como uma forma de governo necessária para preservar a soberania nacional e a liberdade do povo brasileiro.
Relação de poder	Disputas de verdades em discursos sobre a Ditadura Militar do Brasil no tecido social brasileiro.
Funções enunciativas e posições do sujeito enunciador	Vontades de Verdade (re)construídas pelo discurso
1	1 – “Não houve golpe de Estado no Brasil e o Regime Militar foi um ato legal e constitucional!”
2	2 – “A tomada do poder em 1964 e o Regime Militar instalado representaram a concretização dos anseios da sociedade”
3 e 5	3 – “O Regime Militar foi um período de glória para o povo brasileiro: época de paz, ordem e progresso, além do pleno desenvolvimento que se alcançou, mediante gestões públicas militares incorruptíveis”
4	4 – “As atuais instituições brasileiras se corromperam com o ideário comunista das esquerdas e não servem mais ao interesse comum da nação e, sim, a pautas que contrariam os valores republicanos da sociedade”
6	5 – “Bolsonaro é um político que não se corrompe, que luta contra os inimigos do país e busca fazer um governo ao modelo do Regime Militar, ou seja, com base em princípios patrióticos da nação, nos valores cristãos da família tradicional conservadora e em defesa do armamento da população civil contra o crime”

7	6 – “As Forças Armadas são um Poder Moderador e tem o direito e o dever de intervir na política nacional, sempre que for necessário manter a lei e a ordem institucional”
9	7 – “O Regime Militar preservou a família tradicional e conservadora da nossa sociedade, com seus valores e costumes”
8 e 10	9 – “Bolsonaro, mais que um Presidente, é um verdadeiro salvador da Pátria, que emergiu na política para resgatar os valores tradicionais da sociedade e da família conservadora e cristã, do Regime Militar”

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

O quadro nos apresenta um cenário em que as complexas relações de poder dos sujeitos na sociedade brasileira atual têm, no tema Ditadura Militar do Brasil, um ponto de divergência discursiva, que protagoniza uma disputa de verdades no tecido social entre os que defendem a tomada do poder em 1964 e o regime militar instalado como ações legítimas e aqueles que dizem o contrário. O que vemos, no entanto, é a construção de “vontades de verdade” por meio de um discurso que visa legitimar o golpe civil-militar de 1964 e a Ditadura Militar, sob uma retórica de defesa da soberania nacional, da democracia e da liberdade, mediante o “Poder Moderador” das Forças Armadas, persuadidas a evitarem, por meio de um “golpe defensivo”, a comunização do país. Nesse sentido, o negacionismo da extrema direita, não procura, simplesmente, negar que tenha ocorrido um golpe de Estado no país; objetiva “revisar a História” e trazer a “verdade” ao conhecimento público, acerca dos fatos históricos da tomada do poder em meados de 1960.

O discurso também se apresenta como uma prática política na medida em que as enunciações se tornam ações concretas no tecido social. Nisso, a pauta dos atos antidemocráticos de meados de 2020, levada a cabo por apoiadores radicais do Presidente, pedia uma intervenção militar e, por meio dela, o fim das instituições democráticas, a criminalização do comunismo e uma nova constituição, inclusive com a participação de Bolsonaro na rampa do Palácio do Planalto, ou em frente ao Quartel General do Exército de Brasília, ou passeando à cavalo no meio das manifestações, ou sobrevoando-as, tal como nos mostram Garcia e Falcão (2020), jornalistas do portal digital de notícias *GI*, do grupo Globo.

Na nova sociedade militar brasileira, Bolsonaro seria o único líder nacional capaz de exercer o poder, dado o seu histórico de respeito aos valores conservadores do militarismo, de uma pessoa pública que não se corrompe. Contudo, trata-se de uma das “vontades de verdade” do discurso bolsonarista que, para nossa pesquisa, além de expressar a positividade discursiva, servirão, em nossa sequência didática, de unidades temáticas para a produção de artigos de opinião a serem produzidos pelos estudantes.

Proposta didático-pedagógica e *arqueogenealógica* do discurso negacionista do bolsonarismo sobre a Ditadura Militar do Brasil

O sequenciamento didático que iremos expor conseguirá atender à nossa proposta metodológica para o ensino de História se, em termos *arqueogenealógicos*, for capaz de instruir os estudantes na busca pelas verdades, saberes e poderes que se imbricam nas materialidades discursivas, reverberadas pelas relações dos sujeitos na sociedade; se, no sentido *dialógico*, promover a interatividade entre os discentes e o docente, a criticidade e reflexão autônoma em relação ao objeto de conhecimento; se promover um processo de ensino e aprendizagem contextualizado tanto em relação ao meio social, onde os discursos são produzidos e em consonância ou dissonância com o assunto escolar “Ditadura Militar do Brasil”, disposto no livro didático, quanto em relação ao estudante, enquanto pesquisador que também está inserido na realidade concreta, do próprio acontecimento histórico estudado; e se, em todo o processo didático, suscita uma atitude interdisciplinar, capaz de contemplar a complexidade do mundo contemporâneo e, principalmente, dos indivíduos escolares.

Pontuamos, ainda, que nossa concentração didática está na habilidade trazida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), representada pelo conjunto alfanumérico EF09HI19: “Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos” (BRASIL, 2017, p. 431), como expectativa de aprendizagem do objeto do ensino médio, “A ditadura civil-militar e os processos de resistência” tendo em vista as competências das Ciências Humanas, trabalhadas na referida fase escolar, dentre as quais, a que dita a participação dos sujeitos no “debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” (BRASIL, 2017, p. 578).

Quadro 4 – Sequência didática

Título - A “verdade” ou a negação da História? As (re) construções discursivas sobre a Ditadura Militar do Brasil no discurso político da atual extrema direita brasileira		
Componente curricular: História		
Tema	A formação do atual discurso da extrema direita brasileira sobre a Ditadura Militar do Brasil: negacionismo e revisionismo histórico, sob à égide da pós-verdade.	
Síntese e objetivos	Esta sequência didática tem como objetivo analisar materialidades discursivas que reverberam narrativas alternativas (negacionistas) sobre o golpe civil-militar de 1964 e do regime militar instalado no Brasil. Assim, buscaremos desmistificar a ideia de que a história já nos chega completa nos livros didáticos, mostrando que ela é dinâmica e fruto de ações do homem no tempo e no espaço, inclusive, com “verdades” que são (re) construídas por meio de discursos.	
Tempo previsto	5 horas sequenciais ou 06 aulas no 3º ano do Ensino Médio	
Áreas e temas relacionados	História: problematização das “verdades” discursivas sobre a “Ditadura Militar do Brasil” no discurso da extrema direita brasileira atual. Filosofia: noções foucaultianas sobre a verdade, o saber e o poder. Análise do discurso; Língua portuguesa: interpretação textual e exercício da escrita formal a partir do gênero artigo de opinião.	
Conteúdos propostos	Factuais	As materialidades discursivas, imagéticas ou textuais sobre a ditadura militar e narrativas historiográficas: contextualização, interpretação e análise do acontecimento histórico como uma ação do homem no tempo e no espaço.
	Conceituais	Estratégias de leituras para descrever enunciados (verbais e não verbais), com o objetivo de identificar as (re)construções discursivas sobre o tema, além de perceber as estratégias de dominação e de resistência que se imbricam nas relações de força dos sujeitos.
	Procedimentais	A constituição do <i>corpus</i> discursivo: a delimitação dos enunciados e objetos do discurso; descrição de imagens; interpretação de textos; identificação, elaboração e transcrição das vontades de verdade (re) construídas pelo discurso; contextualização do tema Ditadura Militar do Brasil, levando em consideração questões históricas importantes anterior e posterior ao período: a crise política e social do governo de Juscelino Kubitschek e o processo de redemocratização do Brasil na década de 1980.
	Atitudinais	A valorização da leitura de diversos tipos de linguagem e da escrita formal enquanto recurso para uma aprendizagem significativa e científica, por meio de um roteiro de leitura embasado na <i>arqueogenealogia</i> : a produção textual, mediante a problematização das vontades de verdade identificados no discurso.
Expectativas de aprendizagem	Desenvolver autonomia e criticidade de pensamento em análise do discurso 1 - Dominar linguagens (ilustrativa e verbal) ao identificar possíveis (re)construções de “verdades”; 2 - Compreender o acontecimento histórico nas relações de poder que se imbricam nas contradições discursivas (mídias digitais <i>versus</i> historiografia); 3 - Entender a história como produto da ação do homem ao identificar os lugares de fala e a participação dos sujeitos na elaboração e divulgação dos discursos; 4 - Desenvolver a criticidade de pensamento ao problematizar o negacionismo histórico sobre a Ditadura Militar do Brasil mediante a reflexão crítica e comparativa entre a narrativa historiográfica/escolar sobre o tema e os discursos encontrados nas mídias digitais; 5 - Exercitar a leitura e a escrita formal com a produção de artigos de opinião sobre o tema.	
Etapas da sequência didática	1 – Exploração <i>arqueogenealógica</i> do tema: levantamento prévio de conhecimentos, problematização do tema e contextualização do problema; 2 – Investigação <i>contextualizada</i> do tema: levantamento de informações sobre o objeto, mediante diferentes fontes e a elaboração em forma de enunciados das “vontades de verdade” identificados no discurso; 3 – Solução <i>arqueogenealógica</i> do problema: atividade (artigo de opinião); 4 – Avaliação <i>interdisciplinar</i> e significativa: a sequência didática atingiu os objetivos e deu sentido à aprendizagem?	
Recursos	Livro didático, texto complementar sobre o tema com noções básicas do gênero textual “artigo de opinião”, data show, <i>internet</i> , notebook ou aparelho celular, caderno, lápis.	

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Na sequência didática que apresentamos, a discussão inicial deve provocar uma investigação *arqueogenealógica*, – na medida em que se busca elencar o que os discentes entendem por verdade, poder, saber, discurso, enunciado, sujeito, prática discursiva, acontecimento histórico, entre outros fragmentos intrínsecos da *arqueogenealogia* de Foucault, – capaz de promover uma interatividade entre docente e discentes, e desses com o objeto de conhecimento. Espera-se, com isso, favorecer processo de problematização crítico-social do tema (conteúdo) e de contextualização do problema.

Em um segundo momento, a investigação contextualizada do tema é, na verdade, uma continuação mais elaborada da primeira etapa. O docente deverá apresentar, mediante o levantamento prévio realizado anteriormente, um pôster ou outro material didático que retome as explicações dos elementos *arqueogenealógicos* que um discurso pode conter e aprofunde o conceito de *arqueogenealogia* e os procedimentos para a produção de um artigo de opinião, tendo em vista que os discentes já terão estudado a respeito do tema da aula e de como produzir o referido gênero textual, a partir do material didático que fora disponibilizado pelo professor.

O objetivo da segunda etapa do percurso didático é buscar possíveis caminhos para se atingir o conhecimento desejado. Para tanto, a turma será dividida em grupos para levantar informações sobre o objeto com pesquisa em diferentes fontes (mídias digitais e matérias jornalísticas) e, por meio de análise, buscar identificar as “verdades”, saberes e relações de poder que se imbricam nas materialidades discursivas selecionadas, procurando formular argumentos e/ou hipóteses para tentar resolver o problema de pesquisa que foi suscitado na fase anterior.

A terceira etapa consiste na busca por soluções (interdisciplinares) para o problema, mediante a interpretação de textos, análise dos enunciados e produção/revisão de um artigo de opinião, como atividade da sequência didática. Os textos dos quais o estudante deve dispor são os do livro didático e o complementar (modelo de um artigo de opinião relacionado à Ditadura Militar do Brasil) que o professor necessita apresentar para aprofundar o tema estudado. Após a leitura e a marcação dos destaques e, tendo em vista que o problema suscitado foi a construção de verdades em torno do tema escolar “Ditadura Militar do Brasil”, cada aluno e aluna do grupo de pesquisa deverá escolher um enunciado do *corpus* discursivo e transcrevê-lo (em caso de ser verbal) ou ilustrá-lo (caso seja uma imagem) em um post pequeno que será colado na parede (pode-se pensar também em um mural virtual, a exemplo do *padlet*). Já com todos os enunciados expostos para a turma, o

docente deverá ajudar os discentes se agruparem em “categorias”, criando afinidades e semelhanças entre os enunciados (tema, foco, área social, entre outros).

Em seguida, a sala será novamente organizada em outros grupos, dessa vez tendo como critério o enunciado escolhido pelo discente e que foi categorizado com aqueles que lhes são semelhantes. A tarefa do grupo será a de analisar e discutir coletivamente os enunciados, solicitando que cada membro escreva um breve comentário. Agora, o docente deve estimulá-los a elaborar um enunciado comum do grupo que sintetize, em linhas gerais, os comentários individuais que foram feitos. O enunciado formulado pelo grupo que expressa os entendimentos individuais dos componentes passará por um processo de discussão, argumentação, demonstração e defesa, com resultado obtido pelo grupo a ser apresentado para a turma.

Por fim, diante do aprendizado individual e coletivo, proporcionado pelas dinâmicas e participação ativa, cada aluno e aluna deverá produzir um artigo de opinião como produto final avaliativo da aprendizagem que, juntamente com o resultado das demais atividades realizadas e apresentadas em sala de aula, será avaliado de modo significativo na quarta etapa da sequência didática. A avaliação consiste na retomada da tabela com os conhecimentos e competências dos discentes, elaborada no início do percurso pedagógico. Assim, tanto o professor ou professora quanto os estudantes são avaliados: o docente, acerca da aplicabilidade e dos resultados positivos e/ou negativos que a prática pedagógico-didática tenha proporcionado; os discentes, a respeito da ampliação ou não do conhecimento que tinham em relação ao objeto de conhecimento e se as expectativas de aprendizagem foram atingidas.

Quadro 5 – Unidades temáticas para a produção dos artigos de opinião

Unidade temática	Vontades de verdade	Enunciados relacionados	Funções enunciativas
O negacionismo histórico do bolsonarismo e a legitimação do golpe de 1964 e da Ditadura Militar Brasileira	1 e 2	1, 2 e 3	1 e 2
O negacionismo histórico do bolsonarismo e o saudosismo à Ditadura Militar como um tempo de glória para o povo brasileiro	3 e 4	4, 5 e 6	3, 4 e 5
O negacionismo histórico do bolsonarismo e o apelo pelo retorno do Regime Militar como forma de governo, com Bolsonaro no poder	5, 6 e 8	7, 8, 9 e 10	6, 7 e 8
O negacionismo histórico do bolsonarismo e o modelo de sociedade com base nos “valores” do Regime Militar	7 e 8	11, 12, 13 e 14	9 e 10

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O quadro 5 sintetiza a análise do discurso da extrema direita brasileira sob a égide do bolsonarismo acerca da Ditadura Militar do Brasil, problematizado por nossa pesquisa mediante a análise do discurso que nos permitiu que formulássemos enunciados, distribuídos

em unidades temáticas, enquanto temas para a produção dos textos/atividades de avaliação sob a forma de artigos de opinião. Dessa maneira, o sequenciamento didático disposto e apresentado ao longo de nossa pesquisa tem, neste momento de revisão e escrita textual, o momento mais significativo do processo de ensino e aprendizagem dos alunos e alunas, diante da *arqueogenealogia* de Foucault, por se tratar da construção do discurso histórico/escolar, em sala de aula da educação básica, protagonizado pelos próprios estudantes. Parafraseando Andrade e Sartori (2016), a avaliação significativa oportuniza aos discentes perceberem-se como produtores do conhecimento escolar.

Considerações finais

A partir do questionamento acerca das possibilidades de pesquisa em sala de aula, na educação básica, sobre a Ditadura Militar do Brasil, mediante a *arqueogenealogia* de Foucault, buscamos discorrer em uma análise do discurso negacionista do golpe civil-militar de 1964 e do Regime Militar instalado, reverberado pela extrema direita brasileira, sob a liderança do bolsonarismo. Nesse sentido, construímos uma proposta metodológica de ensino e aprendizagem da História, sistematizada e organizada em uma sequência didática que contemplou as noções *arqueogenealógicas* foucaultianas, a contextualização da aprendizagem da Atina Educacional em uma configuração interdisciplinar e em convergência com alguns conceitos históricos.

Na perspectiva de se atingir o objetivo da pesquisa, isto é, para viabilizar a análise do discurso negacionista da extrema direita do Brasil acerca dos eventos históricos da política nacional ocorridos no contexto do golpe civil-militar de 1964, buscamos empreender uma metodologia que se embasou nas noções *arqueogenealógicas* de Foucault para construir uma proposta metodológica de ensino e aprendizagem da História capaz de problematizar, em sala de aula, enunciados que suscitam certas “vontades de verdade” da prática discursiva negacionista do bolsonarismo. Vimos que, diante das regras específicas de formação e funções enunciativas, consegue-se apresentar uma positividade (saber) a respeito da Ditadura Militar brasileira e colocar os sujeitos enunciadore, na trama da história política nacional, imbricando-os em relações de poder na sociedade.

O sequenciamento didático que constituímos permitiu-nos projetar uma proposta pedagógica capaz de problematizar discursos em sala de aula e torná-la um espaço de pesquisa. Em nossa metodologia, procuramos seguir um percurso que tornasse viável uma proposta de ensino e aprendizagem que protagonizasse o discente e proporcionasse uma

avaliação significativa para os sujeitos escolares, ao ponto de se perceberem no processo como indivíduos que sabem construir o conhecimento e entendem cada etapa do desenvolvimento do aprendizado.

Nossa pesquisa mostrou, ainda, que as estratégias utilizadas pelo discurso para convencer a opinião pública em torno da narrativa positiva e favorável da Ditadura Militar do Brasil passa por uma (re)formulação de sentenças ou proposições, que nós chamamos de “vontades de verdade”, as quais procuramos trabalhar na proposta didática que apresentamos.

Assim, a possibilidade de se problematizar os objetos de conhecimento da História na educação básica, mediante a *arqueogenealogia*, levantada no início de nossa pesquisa, mostrou-se viável e possível, na medida em que potencializamos a análise do discurso negacionista da extrema direita sobre a Ditadura Militar do Brasil em uma proposta didática que nos ajudou a sintetizar as materialidades discursivas ao final do sequenciamento pedagógico em unidades temáticas, tal como mostramos no quadro 5.

Neste sentido, entendemos que um dos caminhos possíveis para se combater o revisionismo histórico, pelo qual o discurso negacionista da extrema direita brasileira tem rivalizado com a historiografia oficial em torno dos fatos que envolveram o golpe de Estado de 1964 e o Regime Militar instalado é promover um diálogo reflexivo e problematizador em sala de aula. Esse diálogo se dá, principalmente, por meio das Ciências Humanas e, de modo especial, da História, componente curricular ordinário dos estudos das ações do homem no tempo e no espaço.

Referências

- ANDRADE, Julia Pinheiro; SARTORI, Juliana . O professor autor e experiências significativas na educação do século XXI: estratégias ativas baseadas na metodologia de contextualização da aprendizagem. *In*: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018, p. 300-336.
- ANDRADE, Julia Pinheiro; SARTORI, Juliana. **Educação que faz sentido para a vida: Metodologia de Contextualização da Aprendizagem**. São Paulo: Atina, 2016. Disponível em: <https://issuu.com/atinaedu/docs/livro_metodologia_atina> Acesso em: 06 mar. 2021;
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.
- CARVALHO, Igor. Na avenida Paulista, manifestantes pró-Bolsonaro pedem intervenção militar. **Brasil de Fato**, São Paulo, 07 jun. 2020. Política. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/07/na-avenida-paulista-manifestantes-pro-bolsonaro-pedem-intervencao-militar>> Acesso em: 04 mar. 2021.
- COMO TRUMP e o Brexit ajudaram a cunhar a ‘palavra do ano’ escolhida pelo dicionário Oxford. **BBC News Brasil**, [s.l.], 16 nov. 2016. Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37998165>> Acesso em: 07 mar. 2021.
- CONSERVADOR, Movimento Brasil. “O Brasil passa por uma situação clara: Bolsonaro quer governar sem conchavos e negociatas...” [s.l.], 21 maio 2020b. **Instagram: @eusoumbc**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAdBlogp-n1/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em: 03 mar. 2021.
- CONSERVADOR, Movimento Brasil. Bolsonaro e os símbolos de sua ideologia: Deus, pátria, família e armamento”. [s.l.], 23 jun. 2020a. **Instagram: @eusoumbc**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CByDNcKJHE4/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em: 04 mar. 2021.
- CONSERVADOR, Robô. “A família tradicional, armada e feliz”. [s.l.], 24 maio 2020b. **Instagram: @roboconservador**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAkXCbrAlN9/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em: 03 mar. 2021.
- CONSERVADOR, Robô. “As Forças Armadas estão sofrendo ataques da direita e da esquerda!”. [s.l.], 14 jul. 2020a. **Instagram: @roboconservador**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCopvbtJmHM/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em: 05 mar. 2021.
- DIREITA, Brasil de. Bolsonaro orando sobre a bandeira do Brasil. [s.l.], 19 maio 2020a. **Instagram: @brasil.de.direita**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CAXbzE9pld4/?igshid=1gysn1tyra371>> Acesso em: 03 mar. 2021.
- DIREITA, Brasil de. Bolsonaro, sozinho, tenta salvar o Brasil das mãos dos comunistas. [s.l.], 09 maio 2020b. **Instagram: @brasil.de.direita**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B__Vxb2pTue/> Acesso em: 03 mar. 2021.
- É #FAKE que Haddad criou o ‘kit gay’ para crianças de seis anos. **G1**, [s.l.], 16 out. 2018. Fato ou fake. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>> Acesso em: 08 mar. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 1.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

- GARCIA; FALCÃO. Ato pró-Bolsonaro em Brasília reúne manifestantes em defesa de medidas inconstitucionais. **G1**, Brasília, 31 maio 2020. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/manifestantes-fazem-ato-em-brasilia-em-apoio-a-bolsonaro-e-em-defesa-de-medidas-inconstitucionais.ghhtml>> Acesso em: 02 mar. 2021.
- JAIR Bolsonaro: “Sou preconceituoso, com muito orgulho”. **Época**, [s.l.], 02 jul. 2011. Brasil. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00.html>> Acesso em: 05 mar. 2021.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In.: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- MARQUES, Welisson. O método arqueogenalógico na análise do discurso: o potencial sujeito aprendiz e aprendizagem de língua inglesa no discurso publicitário-institucional. **Linguagem em discurso**: Tubarão, v. 16, n. 2, p. 261-272, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/3862/2683> Acesso em: 05 mar. 2021.
- O DESESQUERDIZADOR. “Jair Bolsonaro tomou facada de um psicopata contratado pela esquerda...” [s.l.], 23 jun. 2020a. **Instagram**: @o_desesquerdizador. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CByEzw9pDnr/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em: 06 mar. 2021.
- O DESESQUERDIZADOR. “Triste realidade: a OAB não representa mais os advogados. A CNBB não representa mais os católicos...” [s.l.], 24 jun. 2020b. **Instagram**: @o_desesquerdizador. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CB0saB2pKP6/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em: 05 mar. 2021.
- SEIXAS, Rodrigo. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. **EID&A**: Ilhéus, n. 18, p. 122-138, abr./2019. Disponível em: <<https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2197/1747>> Acesso em: 07 mar. 2021.
- SOARES, Ingrid. Bolsonaro diz que não houve golpe militar em 1964. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 mar. 2020. Política. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/31/interna_politica,841564/bolsonaro-diz-que-nao-houve-golpe-militar-em-1964.shtml> Acesso em: 01 mar. 2021.
- SOARES, Olavo. Bolsonaro disse que Forças Armadas “estão com o povo”. Mas elas estão com Bolsonaro? **Gazeta do Povo**, Brasília, 04 maio 2020. República. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/república/bolsonaro-forcas-armadas-apoio/>> Acesso em: 04 mar. 2021.
- SODRÉ, M. O facto falso: Do factóide às *fake news*. In: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. (Orgs.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 87-100.

VICTOR, Fabio. História, volver: o 31 de março, o golpe militar e a nostalgia da direita.

Piauí, [s.l.], 31 mar. 2019. Disponível em:

<<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/historia-volver/>> Acesso em: 02 mar. 2021.

Autores:

Alison Sullivan de Sousa Alves

Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte

Mestre em Ensino

Não se aplica

Análise do Discurso e ensino de História.

alisonsullivanrn@gmail.com

Francisco Vieira da Silva

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Doutor em Linguística

Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO)

Análise do discurso e ensino

francisco.vieiras@ufersa.edu.br